

Eleições 2022

Sistema eleitoral

Pasta da Defesa diz que só vai revelar relatório sobre urnas após 2º turno

— Em resposta ao presidente do TSE, Alexandre de Moraes, Forças Armadas alegam que trabalho só ficará pronto em até 30 dias depois do resultado da disputa presidencial

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

O Ministério da Defesa informou ontem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que só vai entregar um relatório sobre seu trabalho de fiscalização do processo eleitoral depois do segundo turno. Em resposta à cobrança do presidente do TSE, Alexandre de Moraes, que deu 48 horas para os militares apresentarem relatório de auditoria das urnas eletrônicas, prazo esgotado ontem, as Forças Armadas alegaram que o trabalho só ficará pronto em até 30 dias após o fim da verificação do resultado do segundo turno.

A Defesa sustenta que divulgar um documento parcial, referente à primeira rodada da disputa, pode resultar em inconsistência. “A emissão de um relatório parcial, baseado em fragmentos de informação, pode resultar-se inconsistente com as conclusões finais do trabalho, razão pela qual não foi emitido”, destacaram os militares no documento enviado a Moraes. A resposta foi assinada pelo coronel Wagner Oliveira da Silva, subchefe da equipe de fiscalização das Forças Armadas, e pelo contra-almirante Paulo Roberto Saraiva, subchefe de Comando e Controle.

As Forças Armadas só começaram a acompanhar o processo eleitoral a pedido do presidente Jair Bolsonaro, que concorre a um segundo mandato pelo PL. Bolsonaro foi questionado ontem sobre o conteúdo da fiscalização dos militares e disse que os jornalistas estavam colocando palavras na sua boca. “As Forças Armadas não fazem auditoria. Lançaram equivocadamente. A Comissão de Transparência Eleitoral não tem essa atribuição. Então, fura-da, fake news”, respondeu o presidente, no Palácio da Alvorada.



Presidente do TSE, Alexandre de Moraes recebeu representantes de plataformas digitais na Corte

Durante a campanha, porém, Bolsonaro chegou a afirmar que, se não fosse reeleito no primeiro turno, com 60% dos votos, é porque teria ocorrido “algo de anormal” no TSE. Lula liderou a votação, com Bolsonaro em segundo lugar. Indagado sobre o sistema eleitoral, após o resultado, o presidente disse que iria aguardar o parecer das Forças Armadas. “Vai ser feito um relatório pelo Ministério da Defesa”, avisou.

ETAPA. Segundo ofício enviado ao TSE pelo ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, as Forças Armadas vão elaborar um relatório conclusivo “em até 30 dias após o encerramento da etapa 8 do Plano de Trabalho”, que se refere à checagem da apuração dos votos. O parecer sobre o sistema eletrônico de votação vai incluir documentos, até agora mantidos em sigilo.

Na resposta à Justiça Eleitoral, as Forças Armadas destacaram que as atividades “permanecem em curso”. A Defesa negou ter antecipado qualquer relatório de informações sobre essas ações a Bolsonaro. “Devido à atual inexistência de relatório, não procede a informação de que ocorreu entrega do

suposto documento a qualquer candidato”, informou a pasta.

O **Estadão** apurou, porém, que o presidente já tomou conhecimento do andamento das atividades dos militares. Eles não encontraram nenhuma irregularidade no primeiro turno, segundo oficiais do Exército a par dos trabalhos. Um general integrante do Alto-Comando da Força Terrestre disse, sob a condição de anonimato, que o sistema se mostrou “muito consistente”.

Como antecipou o **Estadão**,

Trabalho
Militares formaram uma
equipe de fiscalização do
sistema de votação com
10 oficiais da ativa

os militares da ativa montaram um plano de trabalho com oito etapas e disseram ao TSE que “a execução avança com o objetivo de propiciar um resultado preciso, confiável e colaborativo (...), compatível com a imensa relevância do tema para a nação brasileira”. Os oficiais observaram que todas as ações de fiscalização “vêm sendo executadas de acordo com os acessos disponibilizados pe-

la Justiça Eleitoral”.

A Defesa teve 48 horas para responder à demanda judicial do partido Rede Sustentabilidade, deferida por Moraes. O prazo se encerrou às 16 horas de ontem. O presidente do TSE cobrava o envio de informações sobre a auditoria das urnas. “Determino ao Ministério da Defesa que, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) preste as devidas informações, mediante a apresentação de cópia dos documentos existentes sobre eventual auditoria das urnas, com a correspondente fonte do recurso empregado”, ordenou o ministro.

O general Paulo Sérgio chegou a se reunir com Moraes antes de enviar a resposta. Os militares se aproveitaram de uma diferença de terminologia e de definição técnica das atividades para manter informações em segredo. Como o presidente do TSE determinou o envio de dados e documentos de “auditoria”, em vez de “fiscalização”, as Forças Armadas se furtaram à entrega de dados concretos.

O raciocínio dos militares se baseou em interpretação literal dos procedimentos técnicos previstos na resolução 23.673 de 2021, do TSE. O documento dita as regras tanto para

auditoria quanto para fiscalização do sistema eletrônico de votação. A norma estabelece que auditoria é um “exame sistemático sobre o funcionamento de softwares, que averigua se estão implementados de acordo com as normas legais, e procedimentos, para aferir suas conformidades”. A fiscalização, por sua vez, é descrita como “ato de verificar se algo está ocorrendo como fora previsto, ou seja, em conformidade”.

RESOLUÇÃO. O argumento do ministério foi o de que as normas do TSE, previstas nessa resolução, não estabelecem nenhuma obrigatoriedade de elaboração e divulgação de relatórios sobre todas as etapas acompanhadas pelas entidades fiscalizadoras. Os militares formaram uma Equipe de Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação com dez oficiais da ativa, oriundos de Exército, Marinha e Aeronáutica.

Segundo a Defesa, os integrantes da equipe são especialistas em gestão e operação de sistemas de tecnologia da informação, engenharia de computação, defesa cibernética, engenharia de telecomunicações e auditoria. O ministério informou que as despesas de diárias e passagens aéreas para o trabalho de fiscalização têm sido custeadas com recursos administrativos da pasta, mas não especificou os valores.

“As Forças Armadas vêm executando as atividades de fiscalização do sistema eletrônico de votação de acordo com os momentos e mecanismos previstos.(...) Um relatório conclusivo será encaminhado ao TSE ao término do processo. (...) As despesas correspondentes se restringem a pagamentos de diárias e passagens, custeadas com os recursos próprios do Ministério da Defesa”, diz o documento. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 10